

PROJETO DE LEI Nº DE 2014

(Do Sr. DANILO CABRAL)

Estabelece medidas para garantir o acesso, em igualdade aos demais candidatos, a concursos públicos no âmbito da administração pública federal de pessoa surda ou com deficiência auditiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Estabelece medidas para garantir o acesso, em igualdade aos demais candidatos, a concursos públicos no âmbito da administração pública federal de pessoa surda ou com deficiência auditiva.

Art. 2º Os editais e provas deverão ser operacionalizados de forma bilíngue, com vídeo em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Art. 3º O Edital deverá facultar aos candidatos interessados, os seguintes procedimentos:

I - No ato de inscrição, o candidato poderá solicitar o auxílio de interprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

II - A Realização de provas objetivas, discursivas e /ou de redação, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

III – Solicitar tempo adicional.

Art. 4º Deverá conter nos editais mecanismos e critérios de avaliação das provas discursivas e de redação dos candidatos com deficiência auditiva, seguindo os seguintes procedimentos:

I – Reconhecimento da singularidade linguística da LIBRAS;

II – Valorizar o aspecto semântico e sintático em detrimento do aspecto estrutural da linguagem.

Art. 5º As provas de redação e discursivas, aplicadas a pessoas surdas ou com deficiência auditiva, deverão ser avaliadas somente por

professores de língua portuguesa para surdos ou por professores acompanhados de um interprete de LIBRAS.

Art. 6º A administração Pública deverá disponibilizar recursos necessários ao servidor com deficiência para o exercício de suas funções.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) integra a construção da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 15 de julho de 2010, órgão publicou a Recomendação nº 01, que busca assegurar a aplicação do princípio da acessibilidade à pessoa surda ou com deficiência auditiva em concursos públicos, em igualdade de condições com os demais candidatos. A Recomendação tem sua justificativa pautada em sólidos argumentos; princípios constitucionais e atos normativos. Dessa forma, ela propõe que os editais dos concursos públicos contemplem a premissa da acessibilidade para certificar a igualdade de condições à pessoa surda ou com deficiência auditiva com os demais candidatos, somando-se às medidas primordiais para a quebra de barreiras que impeçam a livre concorrência.

A proposta, portanto, procura determinar medidas destinadas a garantir a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais concorrentes.

O objetivo é que propiciemos transformações em disposições legais, de acordo com as recomendações do CONADE. A regulamentação deste procedimento é uma etapa significativa para certificar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o direito de acesso aos cargos públicos. Este não é um privilégio, mas sim um direito constitucionalmente

estipulado, e ainda é um dever do Estado, conforme disposto nos arts. 23, II, 24, XIV, e 227, § 1º, II, da Constituição Federal.

Pela relevância e alcance social da medida, esperamos contar com o apoio dos/as nobres colegas para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de julho de 2018.

Danilo Cabral
Deputado Federal
PSB/PE